

# A reorganização social nas aldeias comunais de Moçambique

Cardoso Armando\*

PP. 33-41


## Introdução

A independência de Moçambique, conquistada em 1975, marcou o início de uma nova etapa de reorganização nacional, caracterizada por profundas transformações sociais, económicas e políticas. O governo recém-instituído, liderado pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), adoptou uma orientação ideológica voltada para a construção de um Estado de matriz socialista. Neste contexto, foram delineadas diversas políticas com o propósito de transformar as estruturas herdadas do colonialismo, entre as quais se destacam as iniciativas orientadas para o reordenamento do espaço rural.

Uma das estratégias centrais deste processo foi a criação das aldeias comunais, concebidas como unidades organizativas destinadas a concentrar a população camponesa, facilitar a prestação de serviços públicos e promover práticas de produção coletiva. A proposta visava, sobretudo, estabelecer uma nova racionalidade na utilização do território e fomentar a equidade no acesso a recursos e oportunidades no meio rural.

Inspirado em experiências africanas de coletivização, como o modelo tanzaniano do *Ujamaa*, o governo da FRELIMO procurou reconfigurar a ocupação territorial e a dinâmica productiva no campo, apostando na coletividade, na solidariedade e na planificação central como pilares de um novo modelo de desenvolvimento rural. Contudo, no entender de Armando (2024: 254), a implementação dessas aldeias enfrentou desafios significativos, revelando limitações práticas que comprometeram os objetivos inicialmente traçados. Em numerosos casos, as aldeias comunais foram implantadas de forma apressada, com escasso envolvimento das comunidades locais no processo de tomada de decisão. A centralização das orientações políticas conduziu a decisões desprovidas de diálogo com as realidades socioculturais e económicas das populações camponesas. Em vez de promoverem uma reorganização participativa e emancipadora, essas aldeias transformaram-se, em várias regiões do país, em mecanismos coercivos de deslocação e reagrupamento populacional.

A carência de infraestruturas, a ausência dos serviços essenciais prometidos pelo Estado como escolas, postos de saúde e sistemas de irrigação, bem como a inadequação de muitos dos locais escolhidos para a implantação das aldeias comunais, intensificaram o descontentamento popular. Paralelamente, práticas tradicionais de utilização da terra, de autoridade comunitária e de cooperação foram ignoradas, gerando conflitos sociais e a desestruturação de vínculos comunitários profundamente enraizados. Este cenário evi-

 <https://doi.org/10.21747/0874-2375/afr42a2>

\* Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador-Bahia (Brasil). Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos.

dencia que os ideais de equidade social, embora fundamentais, depararam-se com obstáculos de natureza técnica, logística, política e cultural, que limitaram significativamente o alcance da política de aldeias comunais.

Neste sentido, o presente artigo propõe-se a analisar criticamente os processos de reorganização social associados às aldeias comunais, procurando investigar de que forma os ideais de equidade social foram concebidos e em que medida a sua concretização contribuiu, de facto, para a transformação social sonhada. Parte-se do pressuposto de que a equidade não pode ser imposta por decreto, mas antes construída com base no diálogo entre o Estado e as comunidades beneficiárias, respeitando-se as dinâmicas locais e os saberes tradicionais.

### **Conceção de Aldeias Comunais e o contexto histórico do seu surgimento**

As aldeias comunais foram concebidas como uma iniciativa estatal destinada a reconfigurar a organização social e territorial das populações rurais em Moçambique no período pós-independência. Com base numa visão de desenvolvimento de matriz socialista, o Estado moçambicano propôs a centralização das comunidades camponesas em unidades habitacionais coletivas, articuladas em torno de princípios de cooperação, produção coletiva e acesso igualitário a serviços públicos essenciais, como saúde, educação e abastecimento de água. Segundo Araújo (1983: 370), incluem-se neste modelo todas as aldeias que se formaram nas zonas libertadas, bem como outras criadas após a independência, na sequência da organização dos camponeses em formas coletivas de produção, como as cooperativas coletivas.

Neste contexto, a proposta das aldeias comunais não se limitava à realocação física das populações; incorporava uma intenção mais ampla de transformação social. Pretendia-se ultrapassar as estruturas tradicionais, consideradas fragmentadas e vistas como entraves à modernização, ao mesmo tempo em que se procurava fomentar uma nova consciência cívica e produtiva, assente nos valores da solidariedade e do trabalho coletivo. Esta reorganização visava igualmente facilitar o planeamento centralizado das atividades económicas, melhorar a eficiência na gestão dos recursos naturais e promover o desenvolvimento equitativo das zonas rurais.

No contexto histórico do seu surgimento, as aldeias comunais foram inspiradas em modelos de coletivização rural, como o sistema de Ujamaa na Tanzânia, e tinham como objetivo central concentrar a população rural para facilitar o acesso a serviços básicos e promover a solidariedade comunitária (Araújo, 1983). Paralelamente, Castelo (2021) e Cossane (2023) assinalam a influência da política colonial de colonatos, implementada tanto em Angola como em Moçambique, como outro elemento relevante deste processo, uma forma de “engenharia social” concebida no final do século XIX, que visava a gestão das populações rurais e a contenção do êxodo para os centros urbanos. Acresce ainda a experiência acumulada durante o período da guerra de libertação nacional (1964–1974) com a criação de zonas libertadas, que também contribuiu para moldar as estratégias de reorganização territorial no pós-independência. Ainda sobre o surgimento das aldeias comunais, Cossane (2023: 33) afirma que:

A palavra de ordem para a criação das aldeias comunais foi proferida pelo Presidente Samora Machel, enquanto líder da FRELIMO, em Maio de 1975, aquando da abertura do primeiro Seminário Nacional da Agricultura, realizado no distrito de Marrupa, província do Niassa, no norte de Moçambique. Na ocasião, o Presidente Samora identificou duas realidades prementes que o regime

enfrentava: a fome e a nudez da população rural. Neste contexto, as aldeias comunais foram apresentadas como a coluna vertebral do desenvolvimento das forças produtivas no campo, constituindo-se como elemento estratégico para a superação da pobreza extrema e para a consolidação de um modelo de desenvolvimento rural assente na solidariedade, na produção coletiva e no planeamento centralizado.

Esta visão estratégica das aldeias comunais seria reiterada pelo Presidente Samora Machel em várias ocasiões. Segundo Gallo (2016: 25), a ideia foi novamente enfatizada na reunião de abertura da Escola do Partido, realizada na Matola, em 25 de outubro de 1975, onde o Presidente reforçou a sua conceção sobre a dispersão populacional, declarando: “As aldeias comunais são este instrumento político porque nos unem e organizam e assim habilitam-nos a exercer efetivamente o poder conquistado. Devemos saber que dispersos e desorganizados não podemos exercer o poder”. Esta linha de pensamento é igualmente expressa em documentos oficiais do período. Moçambique (1975: 9) destaca que:

Devemos estar conscientes das desvantagens de continuarmos a viver dispersos, separados por quilómetros e quilómetros de zonas desabitadas. O colonialismo, conhecedor desta realidade, utilizou-a e acentuou-a, de modo a agravar as condições de isolamento do campesinato moçambicano, a impedir a troca de experiências, a coordenação e a unidade entre os camponeses mais explorados. De facto, se as massas camponesas exploradas se organizarem para viverem em conjunto nas aldeias comunais poderão coordenar e conjugar os seus esforços, criando as bases sólidas para o desenvolvimento político, cultural, económico e social, em suma, para a melhoria global das suas condições de vida.

Estas afirmações evidenciam que as aldeias comunais, para além de uma medida técnico-administrativa, era também concebido como um instrumento de mobilização ideológica e de reconstrução da coesão social, visando contrariar os efeitos fragmentadores do sistema colonial. Com vista à materialização deste propósito, “foi criada, pelo Decreto Presidencial n.º 1/78, de 2 de Março, a Comissão Nacional das Aldeias Comunais, com a responsabilidade de dirigir e coordenar a ação dos órgãos do Aparelho de Estado, das instituições subordinadas e das empresas estatais relativamente à implementação das aldeias comunais” (Cossane, 2023: 34). O processo de criação destas aldeias compreendeu não apenas a identificação de novos espaços rurais para o reassentamento da população, mas também a transformação de aglomerados já existentes, ajustando-os às exigências do novo modelo de organização social e territorial promovido pela FRELIMO.

No entanto, Armando (2024), argumenta que apesar inspirada em modelos semelhantes implementados em outros contextos africanos, como o Ujamaa na Tanzânia, a experiência moçambicana foi moldada pelas suas especificidades históricas, geográficas e culturais. O projeto das aldeias comunais emergia, assim, como um experimento político-ideológico que procurava articular a justiça social com o controlo territorial, numa tentativa de estabelecer uma nova ordem socioespacial no campo moçambicano. Essas aldeias foram encaradas como uma forma de organização social que permitiria a implementação de políticas públicas de maneira mais eficiente e equitativa, procurando reduzir as desigualdades e promover a coesão social nas áreas rurais. Assim, as aldeias comunais tornaram-se um ponto central para a realização das ambições sociais e económicas do novo Estado.

## Ideais de equidade social nas Aldeias Comunais

A proposta das aldeias comunais em Moçambique surgiu como uma estratégia do Estado para promover a equidade social no meio rural, visando reduzir as desigualdades históricas e contribuir para a construção de uma sociedade socialista. O modelo das aldeias comunais pretendia não só reorganizar o espaço rural, mas também instituir uma nova ordem social baseada nos princípios de justiça social, cooperação e trabalho coletivo. A centralização da população nas aldeias visava garantir o acesso mais equitativo a serviços essenciais (como saúde, educação e infraestruturas básicas), ao mesmo tempo em que fomentava uma maior coesão social entre as comunidades rurais, cujas condições de vida haviam sido historicamente negligenciadas pelo colonialismo.

A implementação dessas aldeias visava, entre outros objetivos, a redistribuição inter-regional da população rural, estabelecendo uma relação equilibrada com os recursos naturais e reorganizando as formas de assentamento humano rural. Além disso, procurava-se mitigar o êxodo rural, que sobrecarregava as cidades e vilas em busca de melhores condições, as quais o campo não conseguia oferecer (Armando, 2024: 248). Paralelamente, Araújo (1983: 370), afirma que a partir de 1978 inicia-se um processo de distribuição territorial mais planejado de forma a estabelecer-se um equilíbrio harmonioso entre a população e os recursos naturais disponíveis (terra, água e floresta), incluindo também os serviços e infraestruturas sociais básicos (estradas, centros de saúde, entre outros).

A centralização das comunidades nas aldeias comunais tinha como um dos principais objetivos facilitar a prestação de serviços públicos essenciais, como saúde, educação e abastecimento de água, promovendo uma distribuição mais equitativa desses serviços. Além disso, a organização coletiva pretendia fortalecer a coesão social e a participação comunitária na gestão dos recursos comuns, criando um ambiente propício para a implementação de políticas públicas voltadas para a equidade social (Matine, 2021: 15).

## Limitações práticas na implementação das aldeias comunais

Apesar dos ideais de equidade social que orientaram a criação das aldeias comunais em Moçambique, a implementação prática dessas unidades organizacionais enfrentou desafios significativos, que comprometeram a concretização dos seus objetivos. A discrepância entre a visão ideológica e a realidade operativa expôs fragilidades institucionais, lacunas no planeamento e uma insuficiente articulação entre o Estado e as comunidades locais.

Em causa estava a desconsideração das dinâmicas locais, uma vez que a imposição do modelo das aldeias comunais sem a devida atenção às especificidades socioculturais e económicas das comunidades resultou em resistência e numa fraca adesão por parte das populações. Em regiões onde as estruturas tradicionais de organização social mantinham forte enraizamento, como em Mueda, no norte de Moçambique, a tentativa de destruição do tecido social local em nome da modernização conduziu a uma rejeição significativa do modelo promovido pela FRELIMO. A ausência de diálogo com as comunidades e a imposição de um paradigma externo contribuíram para a ineficácia da política de aldeamento comunal (Mosca, 1999).

Outro fator prende-se com a centralização do processo decisório e a escassa participação comunitária. A concentração das decisões no processo de implementação das aldeias comunais limitou a participação ativa das comunidades locais, que se viram frequentemente excluídas das etapas de conceção e execução dos projetos. A ausência de mecanismos efetivos de participação resultou em soluções tecnocráticas, frequentemente desajustadas face às necessidades reais das populações. Esta desconexão gerou desconfiança e de-

sinteresse por parte dos camponeses, comprometendo seriamente a eficácia da política (Simione, 2020).

A política das aldeias comunais deparou-se ainda com graves limitações ao nível das infraestruturas e da provisão de serviços básicos. Apesar dos objetivos nobres que orientaram a sua criação, a falta de planeamento adequado, aliada à escassez de recursos financeiros e humanos, dificultou a instalação das condições mínimas necessárias ao funcionamento dessas unidades. A ausência de infraestruturas básicas, como escolas, postos de saúde, sistemas de abastecimento de água e vias de acesso, traduziu-se em condições de vida precárias para os habitantes e num crescente sentimento de frustração face ao modelo proposto (Armando, 2024).

Paralelamente, a resistência das comunidades locais agravou-se à medida que as populações viam as suas tradições e formas de organização social serem ignoradas. O agrupamento compulsivo de famílias em espaços que pouco dialogavam com a sua vivência sociocultural tradicional contribuiu para o insucesso de muitas dessas aldeias, que passaram a ser percecionadas como instrumentos de imposição estatal e não como plataformas de desenvolvimento comunitário (Monjane, 2016).

Além disso, a centralização das decisões e a imposição de normas externas contribuíram para o enfraquecimento da autonomia das comunidades, gerando desconfiança e desinteresse na participação nos processos coletivos. Ao afastar as populações dos processos decisórios que afetavam diretamente as suas vidas, minou-se o envolvimento comunitário e enfraqueceu-se a legitimidade das intervenções. Estas limitações práticas evidenciam a complexidade de operacionalizar os ideais de equidade social em contextos rurais marcados por realidades socioculturais diversas, exigindo abordagens mais sensíveis, participativas e respeitadoras das especificidades locais.

Adicionalmente, o projeto das aldeias comunais enfrentou, na sua execução, conflitos e formas de violência cultural decorrentes da tentativa de imposição de novos valores e práticas sociais que entravam em choque com as tradições culturais locais. Em diversas regiões, a coletivização forçada e a supressão de práticas culturais tradicionais foram percecionadas como formas de violência simbólica, desencadeando resistência e conflitos internos no seio das comunidades (Sitoe, 2023: 198).

Este argumento é reforçado por Guambe (2019: 140), ao observar que, embora a eliminação das etnias, cuja própria existência era frequentemente condenada como “tribalismo”, pudesse não representar, por si só, um risco imediato para muitas comunidades, o agrupamento compulsivo em aldeias comunais ou cooperativas agrícolas, sem qualquer relação com a vida social tradicional, representou um desafio substancial. O autor descreve esta situação como marcada por uma “ambiguidade da concentração comunitária”, na qual a estratégia de consolidação do Estado-nação colidia com os fundamentos sociais das comunidades camponesas.

Por outro lado, a chegada da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) e o aumento das suas ações violentas alteraram o cenário político e social. Populações que, após a experiência nas zonas libertadas, haviam conquistado alguma autonomia em relação ao controlo direto do Estado, viram-se novamente empurradas para os braços da FRELIMO, que as havia anteriormente obrigado à concentração em aldeias comunais e cooperativas. Este paradoxo revela uma ambiguidade partidária, na qual o controlo centralizado coexistia com um discurso de libertação, gerando tensões e contradições profundas no processo de transformação social no meio rural.

Por fim, Bussotti (2020) destaca que a ausência de um planeamento integrado e sustentável comprometeu a viabilidade a longo prazo do modelo das aldeias comunais. A inexistência de estratégias claras para assegurar a autonomia económica e a sustentabilidade

ambiental das aldeias resultou numa forte dependência do Estado, impedindo as comunidades de responder de forma autónoma a desafios económicos e ecológicos, como a escassez de recursos naturais e a degradação ambiental. Esta fragilidade estrutural tornou o modelo vulnerável a crises e reforçou a perceção de ineficácia das políticas adotadas no meio rural.

Na mesma linha de pensamento, Araújo (1983: 376) afirma que:

Na fase inicial da implementação das aldeias comunais, um dos principais problemas verificados dizia respeito à sua localização geográfica. Essa localização resultava, muitas vezes, do acaso ou de alguns conhecimentos empíricos dos camponeses, sem que tivesse havido uma base científica a sustentá-la. O movimento de criação das aldeias comunais não foi precedido de estudos físico-geográficos e económico-geográficos que pudessem orientar a instalação das comunidades em zonas adequadas, tanto do ponto de vista económico, como do ponto de vista físico. A escassez de quadros técnicos qualificados para uma tarefa desta envergadura comprometeu a racionalidade do processo.

Como consequência, Araújo (1988: 370) entende que foram implantadas aldeias em locais contra-indicados, sem articulação com a rede viária nem com os centros urbanos, o que dificultava o acesso a mercados, bens e serviços. Outro problema identificado refere-se ao desequilíbrio entre a dimensão da população agrupada e a disponibilidade de recursos naturais nas imediações, nomeadamente terra arável, água e lenha, o que gerou situações de escassez significativa e impactos negativos na sustentabilidade das aldeias.

### **Análise crítica e implicações das aldeias comunais para políticas futuras**

A experiência das aldeias comunais em Moçambique, embora orientada por princípios de justiça social e igualdade, revelou um descompasso significativo entre a intenção e a prática. No entender de Armando (2024), o projeto estatal visava desconstruir formas tradicionais de vida rural, tidas como arcaicas, substituindo-as por modelos organizativos centralizados, racionalizados e planejados sob uma ótica estatal. Contudo, essa lógica *top-down* negligenciou aspetos centrais da vida camponesa moçambicana, tais como a pluralidade das práticas produtivas, a diversidade cultural e a legitimidade das lideranças tradicionais. A falta de diálogo efetivo com as comunidades e a imposição de modelos exógenos resultaram em resistência e insatisfação, comprometendo os objetivos de equidade social e desenvolvimento rural sustentável inicialmente propostos pelo Estado.

Este pensamento ecoa em Guambe (2019: 134), que pontua que os centros de decisão estavam afastados dos locais de execução. As decisões já não eram fruto de discussões locais, mas provinham de orientações centrais não discutíveis. Neste contexto, a FRELIMO tornou-se um distribuidor de ordens, distante dos destinatários das políticas que elaborava. Os órgãos do “poder popular” estabelecidos nas aldeias comunais, que inicialmente se pretendiam como espaços de debate e participação, passaram a ser uma simples tradução das decisões concebidas a nível central, sem espaço para controvérsias ou ajustes locais. A análise crítica desse processo revela que políticas públicas de reorganização social, especialmente em contextos rurais e pós-coloniais, não podem ser bem-sucedidas se desconsiderarem o papel ativo das comunidades na sua formulação e execução. A tentativa de substituir estruturas sociais consolidadas por um novo modelo, sem negociação com os sujeitos envolvidos, resultou em mais rutura do que transformação. Como aponta Mos-

ca (1999), a ausência de mecanismos de participação efetiva e a condução autoritária do projeto estatal acabaram por enfraquecer o potencial transformador das aldeias comunais, que, em vez de promoverem a mudança desejada, contribuíram para um distanciamento das comunidades do Estado.

Ademais, a perspetiva de desenvolvimento adotada priorizou uma visão tecnocrática e homogénea do campo, sem reconhecer as desigualdades regionais, os modos de vida locais e as distintas estratégias de sobrevivência das populações rurais. Este tipo de abordagem, como argumenta Bussotti (2020), resulta na criação de políticas com baixa adesão social e alto índice de rejeição, especialmente quando associadas a práticas coercitivas de reassentamento e mobilização, característica de uma estrutura governativa paternalista e asfixiante, que moldou o tratamento a que as aldeias comunais foram sujeitas.

Nesse sentido, uma das principais lições da experiência moçambicana é a necessidade de adotar políticas públicas baseadas em diagnósticos participativos e territorialmente sensíveis. A equidade social não pode ser alcançada por meio de imposições centralizadas que ignoram as subjetividades, os saberes locais e os mecanismos tradicionais de coesão social. Como enfatiza Simione (2020), o envolvimento genuíno das comunidades na gestão pública aumenta as chances de eficácia das políticas e fortalece os laços entre o Estado e os cidadãos.

Outro ponto crítico a ser considerado é a importância da sustentabilidade institucional e económica das políticas de reorganização social. Sem recursos adequados, capacitação de quadros locais e acompanhamento técnico, projetos como o das aldeias comunais tendem a perder força ao longo do tempo. A falta de continuidade e de ajustes estruturais diante dos desafios enfrentados comprometeu a perenidade da iniciativa moçambicana, levando à sua retração na década de 1980.

A análise crítica do processo de reorganização social nas aldeias comunais de Moçambique revela a necessidade de uma abordagem mais sensível às especificidades locais e ao respeito pelas formas tradicionais de organização social. Políticas públicas voltadas para a equidade social devem considerar a participação ativa das comunidades na conceção e implementação de projetos, garantindo que as suas necessidades e valores sejam adequadamente contemplados (Monjane, 2016). No entanto, o governo da FRELIMO foi contra este princípio basilar, como escreve Dinerman (2007: 104) nos seguintes termos:

As violações de direitos humanos e os grandes erros políticos cometidos sob a sua alçada no período de 1975-1990, especialmente durante a experiência socialista, são questões que se destacam. Recordar-se, por exemplo, a estratégia de acumulação centrada no Estado, adotada pela FRELIMO, que causou graves prejuízos para a vida da maioria dos camponeses, que representavam uma parte significativa da população moçambicana. Da mesma forma, recordam-se grandes abusos e arbitrariedades, como o acantonamento compulsivo da população em aldeias durante a guerra, os “campos de reeducação” e outras formas de deslocação forçada de populações, para citar apenas alguns exemplos.

Além disso, é fundamental que haja um planeamento integrado que leve em consideração os aspetos económicos, sociais e culturais, evitando soluções simplistas que desconsiderem a complexidade das realidades rurais. Somente assim será possível avançar na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, alinhada aos ideais inicialmente propostos. Portanto, as implicações para políticas futuras envolvem não apenas a revisão de métodos e objetivos, mas também a adoção de uma abordagem que privilegie o diálogo entre o Estado e as comunidades. Isso requer o fortalecimento de espaços participativos,

a valorização da diversidade cultural e a construção de instrumentos que respeitem as lógicas locais de organização e produção. A experiência das aldeias comunais, com todas as suas contradições, continua a oferecer importantes lições para a construção de uma política rural inclusiva, democrática e socialmente justa.

### Considerações finais

A experiência das aldeias comunais em Moçambique oferece uma reflexão valiosa sobre as tentativas de implementar mudanças sociais profundas em um contexto rural e pós-colonial. Embora a intenção inicial fosse a promoção da equidade social, a prática revelou as dificuldades de aplicar modelos centralizados sem considerar as especificidades locais e a participação ativa das comunidades. A centralização das decisões e a imposição de um modelo único ignoraram as tradições e as formas de organização social próprias das comunidades, gerando resistência e, em muitos casos, um fracasso na implementação das políticas.

Apesar das limitações evidentes na execução do projeto, a experiência das aldeias comunais oferece lições cruciais para a formulação de políticas futuras. A necessidade de um planeamento integrado, que considere os aspetos económicos, sociais e culturais locais, é imperativa para garantir políticas públicas que realmente atendam às necessidades das populações rurais. Além disso, é fundamental adotar abordagens que privilegiam o diálogo constante entre o Estado e as comunidades, respeitando as suas lógicas locais de organização e produção.

Em última instância, o legado das aldeias comunais em Moçambique deve ser visto como um ponto de partida para a construção de uma política rural inclusiva, democrática e socialmente justa, onde a participação e a valorização das comunidades sejam elementos centrais no processo de transformação social. A experiência, com todas as suas contradições, ainda possui relevância nas discussões actuais sobre o desenvolvimento rural sustentável e a promoção da equidade social em países com contextos semelhantes.

### Referências bibliográficas

- Araújo, M. M. (1983), As Aldeias comunais e o seu papel na distribuição territorial da População rural na República Popular de Moçambique. *Finisterra*, vol. 18, n.º 36, pp. 365-377. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.18055/Finis2105>.
- Araújo, M. G. M. de (1988), *Geografia dos povoamentos: Uma análise geográfica dos assentamentos humanos rurais e urbanos*. Livraria Universitária.
- Armando, C. (2024), A política de aldeias comunais como proposta de urbanização do meio rural no Moçambique socialista (1975-1986). *Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História*, vol. 21, n.º 38, pp. 248-266. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.18817/ot.v21i38.1117>.
- Bussotti, L. (2020), Políticas agrícolas e usurpação de terras em Moçambique independente: Resistências, movimentos sociais, papel do Estado. *Cadernos de Estudos Africanos*, vol. 49, pp. 37-62. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/cea.5243>.

- Castelo, C. (2021), Colonatos e aldeamentos no Niassa, Moçambique: Processos e impactos sociais em tempos de guerra (1964-1974). *Tempo*, vol. 27, n.º 3, pp. 478-500. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/tem-1980-542x2021v2701>.
- Cossane, M. M. (2023), Reassentamentos e assentamentos populacionais resultantes dos colonatos e das aldeias comunais em Moçambique. In *História: Memórias do passado e o impacto na cultura e sociedade*, pp. 25-38. Atena Editora. [Em linha]. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/download-post/75916>.
- Dinerman, A. (2007), Moçambique depois do socialismo: A independência revisitada. *Relações Internacionais*, vol. 15, pp. 101-124. [Em linha]. Disponível em: [https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/ri15/RI15\\_10ADinerman.pdf](https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri15/RI15_10ADinerman.pdf).
- Gallo, F. B. G. (2016), Para poderes viver como gente: Reflexões sobre o persistente combate ao modelo de vida disperso em Moçambique. *Revista Cantareira*, vol. 25, [Dossiê Áfricas], pp. 16-29. [Em linha]. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27921/16315>.
- Guambe, E. (2019), O autoritarismo modernizador do Estado: De uma administração excludente ao desejo de inclusão da municipalidade. In *Renegociar a centralidade do Estado em Moçambique*, pp. 115-150. Africae. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/books.africae.3612>.
- Matine, M. H. (2021), *A questão das aldeias comunais em Moçambique: a integração das famílias camponesas na Aldeia Comunal de Ximbongweni em Guijá, Província de Gaza (1977-1990)*. (Tese de doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Moçambique. Comissão Nacional das Aldeias Comunais. (1975, 25 de outubro), Discurso de Samora Machel na abertura da Escola do Partido, VIII Seção do Comité Central. Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo. Cx 166.
- Monjane, B. (2016), Reagrupar para controlar? Uma análise crítica das políticas estatais de organização coerciva das populações rurais em Moçambique. *Revista Educação e Políticas em Debate*, vol. 5, n.º 1, pp. 84-94. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/REPOD-v5n1a2016-44573>.
- Mosca, J. (1999), *A experiência socialista em Moçambique (1975-1986)*. Instituto Piaget.
- Simione, A. A. (2020), As iniciativas da gestão participativa em Moçambique: Lições e limites do envolvimento do público nas decisões municipais. *Revista Gestão e Organizações*, vol. 5, n.º 3, pp. 67-94. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.18265/2526-2289>.
- Sitoe, I. C. (2023), *Aldeia Comunal Ravene: coletivização, transformações sociais e violência cultural em Moçambique, 1976-1992* (Tese de doutoramento). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.